

A TEORIA DO CONHECIMENTO EM IMMANUEL KANT

Helionilto Gomes Júnior¹
Arisoli Garagnani²
Sandra Correa Rodrigues³

Resumo: Após uma análise dos elementos filosóficos vigentes em sua época, a saber, o empirismo e o racionalismo, os quais tomavam, por um lado concepções céticas e, por outro, dogmáticas a respeito das verdades metafísicas, Kant se incumbiu de fazer uma análise profunda a respeito da própria razão, iniciando uma nova forma de conceber o conhecimento humano. Immanuel Kant parte da concepção de que o conhecimento se inicia com a experiência, mas não se encerra nela. Kant, em sua teoria do conhecimento, busca investigar, de forma sistemática, a problemática a respeito dos conhecimentos *a priori* e *a posteriori*, bem como dos conhecimentos independentes da experiência, e dos que têm início na experiência. Kant admite a possibilidade de juízos analíticos (*a priori*) e juízos sintéticos (*a posteriori*). Kant concebe que o conhecimento se dá a partir da formulação dos juízos sintéticos *a priori*, e sintetizam as representações sensíveis, as categorias do intelecto. Os dados sensíveis são trabalhados pela Estética Transcendental, a qual comporta também as formas sensíveis a priori (espaço e tempo). Através da estética transcendental, têm-se os aparatos necessários para se compreender a origem dos conhecimentos enquanto sensibilidade. Na lógica transcendental, Kant trabalha com as categorias do entendimento que são as formas puras do entendimento. O conhecimento tem como elementos constitutivo a intuição e os conceitos. Kant assinala que um conhecimento universal não pode ser fornecido mediante uma intuição sem conceitos, e nem mediante conceitos sem intuição equivalente. Por meio de tal concepção, admite-se que as condições de experiência são semelhantes às condições dos objetos de experiência, formados pelas intuições e categorias. O agente do saber, segundo Kant, é o próprio sujeito que possui a capacidade de conhecer; o sujeito é o único que possui a capacidade de promover uma unidade sintética da consciência (ou seja, reúne transcendentalmente as condições formais da sensibilidade e do entendimento) e mediante essa unidade ele se auto-afirma e se afirma sobre os objetos

Palavras-chave: Entendimento. Sensibilidade. Transcendentais. Juízos Sintéticos *a priori*. Sujeito Transcendental.

1 INTRODUÇÃO

Immanuel Kant (1724-1804) é considerado como o maior filósofo da modernidade, reputado por muitos pensadores, como maior representante deste período. Kant nasceu em Königsberg, Prússia Oriental. Era filho de um modesto artesão que trabalhava com couro e fabricava selas; Kant iniciou seus estudos no Colégio *Fridericianum* e na Universidade de Königsberg, tornando-se professor catedrático. Kant

¹ Professor na Faculdades Integradas de Itararé. Graduado em Filosofia e História. Especialista em Educação Superior.

² Professor na Faculdades Integradas de Itararé. Graduado em Matemática, Física, Direito. Mestre em Educação matemática.

³ Professora na Faculdades Integradas de Itararé. Graduada em Administração, Pedagogia e Direito. Especialista em Docência do Ensino Superior, Matemática, Gestão Escolar, Educação Especial e Inclusiva, Gestão Estratégica de Negócios, Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental, Gestão Hospitalar.

nunca se casou, não teve filhos, consagrando sua vida ao conhecimento, podendo assim elaborar um método filosófico abrangente, tendo como ponto inicial à crítica à razão, e aos sistemas filosóficos vigentes em sua época: racionalismo e empirismo.

A partir de indagações sobre as duas formas de conhecer (racionalismo e empirismo), as quais se apresentam como um abismo quase inconciliável, bem como sobre a crise da metafísica tradicional, é necessário desenvolver uma nova forma de conceber o conhecimento humano, buscando superar a problemática da relação sujeito x objeto; bem como a dicotomia estabelecida entre o racionalismo dogmático e o empirismo cético. Qual a solução encontrada por Kant para tal dicotomia? como se dá sua Teoria do Conhecimento?

Este artigo tem como objetivo principal demonstrar como Immanuel Kant, desenvolveu sua teoria do conhecimento, a qual fosse capaz de superar as divergências encontradas entre o racionalismo, de caráter dogmático, e o empirismo de caráter cético; provocando assim uma verdadeira revolução (tal qual Copérnico provocou na astronomia) no saber.

Este artigo apresenta como objetivos específicos, demonstrar a crise da metafísica tradicional, a qual serviu de base para a formulação da problemática crítica da teoria do conhecimento Kantiana; apresentar as possíveis soluções para a crise da metafísica vigente, desenvolvida por Kant em sua teoria do conhecimento; bem como demonstrar como a nova forma de conceber o conhecimento humano, desenvolvido por Kant, acabou por dividir o mundo em fenômeno e *númeno*. Os objetivos específicos, acima citados, são trabalhados nos capítulos componentes deste artigo.

Para a elaboração deste artigo, foram utilizados com referencial teórico, obras referentes a filosofia kantiana, bem como a teoria do conhecimento; destacando os autores: Gionane Reale, Dario Antiseri; Otfried Höffe; Marcio Tadeu Girotti, Robert Hanna, Flamorin Tavares Leite, Georges Pascal, David Hume, Immanuel Kant.

2 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA CRÍTICO

O contexto histórico vivido por Immanuel Kant, emergia de muitas inovações, principalmente no campo intelectual, fazendo refletir uma nova perspectiva dos indivíduos sobre a sociedade. O espírito iluminista motiva a formação de uma nova compreensão sobre a realidade e, conseqüentemente, promover a liberdade, sendo a razão considerada a propulsora do progresso humano. (MORAIS, 2006)

Contudo a discussão vigente na época trata da forma de expressão da razão, ou seja, do paradigma metodológico que é historicamente abordado. Por isso o Iluminismo assume características determinadas em cada país, mais especificadamente na França, Inglaterra, Itália, Alemanha.

Nesse contexto era necessário estabelecer uma nova relação com o conhecimento; o que Kant faz com uma teoria que visa tratar a possibilidade da atividade cognitiva por meio da superação dos problemas epistemológicos até então instaurados, isto é, dos problemas da teoria do conhecimento produzidos pela metafísica tradicional (Antiga e Medieval), pelo empirismo cético e pelo racionalismo dogmático.

1.1 O empirismo cético

Na concepção empirista, segundo LIMONGI (2006):

A metafísica tomada como ciência do suprassensível é impossível, uma vez que, para concepções do suprassensível, é impossível, uma vez que, para

concepção do suprasensível, a experiência não é capaz de fornecer qualquer fundamento. Kant começa a duvidar da exatidão e da correção do racionalismo, bem como, em consequência disso, da possibilidade de uma metafísica no sentido antigo. (LIMONGI, 2006. p. 165-166)

Segundo os empiristas, toda verdade deriva única e exclusivamente da impressão dos dados obtidos por meio dos sentidos. Para tais, o intelecto humano trabalha de forma indutiva; afirmam ainda que o intelecto humano não pode trabalhar de forma racional. Ao analisar os escritos de Hume, Kant percebeu que o empirismo cético tornava incertas as posições do racionalismo dogmático, o que faz Kant despertar de seu sono dogmático, mas ele não se compraz com ceticismo empírico.

1.2 O racionalismo dogmático

Kant tem como princípio de suas reflexões elaborar uma crítica à razão, dentro mesmo do racionalismo, tal crítica procura estabelecer os limites da razão. De acordo com LIMONGI (2006):

O racionalismo desenvolvido nesta época concebia à razão a realidade das coisas, bem como demonstrar, através da própria razão, a existência das coisas. Ora, tal atitude revela um racionalismo totalmente dogmático, o qual se incumbe indevidamente da tarefa de determinar as coisas existentes ‘quanto’, contudo, cabe ao racionalismo ‘somente’ a tarefa de constatar o caráter ontológico de tais coisas. Os racionalistas eram considerados dogmáticos por afirmarem a progressão do saber unicamente através dos conceitos, fingindo dominar um conhecimento que não podiam possuir. (LIMONGI, 2006. p. 165-166)

O contexto em que Kant está inserido encontra-se marcado por um abismo quase inconciliável. De um lado, tem-se o racionalismo, embasado em afirmações da razão, de caráter dogmático; do outro lado, encontram-se as afirmações de Hume, representando os empiristas, a respeito das leis da natureza como sendo, em última análise, um produto do hábito humano.

Em busca de uma solução para tal dicotomia, Kant acaba por formular uma revolução no saber.

3 A REVOLUÇÃO KOPERNICANA KANTIANA

Kant propõe uma mudança de método que se baseia em determinar o objeto às exigências da razão, em lugar de colocá-lo como uma realidade dada, sobre a qual cabe à razão unicamente inclinar-se, conforme afirma REALE (2005):

Com esta nova forma de pensar, Kant inverte os papéis, supondo que o objeto é que deveria girar em torno do sujeito. Kant considera que “não é o sujeito que, conhecendo, descobre as leis do objeto, mas sim, o contrário: é o objeto, quando conhecido, que se adapta às leis do sujeito que o recebe cognoscitivamente”. (REALE, ANTISERI. 2005. p. 358)

A revolução copernicana de Kant substitui, em teoria do conhecimento, uma hipótese idealista por uma hipótese realista. Portanto, através da sua revolução, Kant supôs que não é nossa intuição sensível que se regula pela natureza dos objetos, mas que são os objetos que se regulam pela natureza da nossa faculdade intuitiva. (REALE, ANTISERI. 2005)

A partir da revolução copernicana, Immanuel Kant pôde elaborar a sua *Teoria do Conhecimento*.

4 A TEORIA DO CONHECIMENTO KANTIANA

A problemática desenvolvida por Kant em torno do conhecimento tem como ponto essencial a relação entre o sujeito e objeto, (problema refletido e explanado em sua obra ‘Crítica da Razão Pura’.

Para Kant, o conhecimento é o produto de uma faculdade complexa, resultante da síntese entre sensibilidade e entendimento. Para tal, cabe lembrar que todo conhecimento implica uma correlação entre sujeito e objeto (LEITE, 2007).

Anteriormente a distinção do conceito *a priori*, Kant propõe uma distinção entre matéria e forma, como afirma LEITE (2007):

Os elementos que dependem do próprio objeto constituem assim a matéria do conhecimento, e, os elementos que dependem do sujeito constituem a forma do conhecimento, Kant assim expõe os conceitos de matéria e forma.” (LEITE, 2007. p. 41)

Kant propõe e concebe uma distinção entre a noção de *a priori* e *a posteriori*. Como afirma HÖFFE (2005):

De acordo com o filósofo prussiano, “*a posteriori é o conhecimento que depende da impressão dos sentidos, ou seja, depende da experiência sensível*”. Kant define o *a priori* como sendo: “o conhecimento independente de toda impressão dos sentidos” ou seja, o conhecimento puro ou *a priori independente de qualquer experiência sensível*. (HÖFFE, 2005. p. 47)

Os juízos *a priori* distinguem-se dos juízos *a posteriori* (empíricos) através da universalidade e necessidade; distinguem-se pela necessidade rigorosa, em virtude da qual algo não pode ser outra coisa do que ela é; e distingue-se pela universalidade (generalidade) absoluta que não permite nenhuma exceção como possível. (HÖFFE, 2005)

Após referidas as diferenciações entre juízos *a priori* e *a posteriori*, Kant formula uma definição a respeito do juízo *analítico* e do juízo *sintético*. Entende-se juízo como relação entre um sujeito e um predicado.

De acordo com STÖRING (2008):

No juízo analítico, ou juízo ‘decomponente’, Kant explica que o predicado já está contido no sujeito de tal forma que o juízo em questão consiste em um processo de análise, através do qual se extrai do sujeito aquilo que já está contido nele. Quando se diz, por exemplo, ‘todos os corpos são extensos’, ou, ‘a esfera é redonda’, expressa-se no predicado aquilo que já está contido no sujeito, uma vez que o “conceito ‘*corpo*’ contém a característica ‘*extenso*’, bem como o conceito ‘*esfera*’, a característica ‘*redonda*’. (STÖRING, 2008. p. 340)

Em contrapartida, afirma REALE (2005):

O juízo sintético, ou juízo *conectante*, une o conceito expresso pelo predicado ao conceito do sujeito, constituindo o único tipo de juízo que enriquece o conhecimento, ou seja, o juízo sintético tem como único conceito expresso pelo predicado já inserido no conceito do sujeito. Segundo Reale, o

juízo sintético “amplia sempre o conhecimento, à medida que diz sempre algo novo do sujeito, que não estava contido implicitamente nele”. (REALE; ANTISERI, 2005. p. 356)

Os juízos podem ser classificados em: *analítico, sintético a posteriori e sintético a priori*.

O cerne da Teoria do Conhecimento de Kant, funda-se sobre o *juízo sintético a priori*, o qual une a um só tempo, a universalidade e a necessidade com a fecundidade; bem com o modo como se dá o conhecimento e os limites da razão. (REALE; ANTISERI, 2005)

Kant em sua Filosofia Transcendental distingue duas formas de conhecimento: a faculdade cognitiva inferior e a faculdade cognitiva superior, isto é, a sensibilidade (Estética Transcendental) e o entendimento (Lógica Transcendental). Ambas devem ser examinadas no que diz respeito à contenção de elementos *a priori*. (STÖRING, 2008)

4.1 A estética transcendental

A estética transcendental desenvolvida por Kant se configura como uma ciência dos princípios da sensibilidade ou da intuição *a priori*.

Tal intuição verifica-se na medida em que o objeto é dado ao sujeito, fato este possível somente se o objeto afetar o espírito de forma correta. Kant entende a *sensibilidade* como tendo a capacidade de receber as representações à maneira como os sujeitos são afetados pelos objetos. (PASCAL, 1985)

Como parte da crítica transcendental, por sensibilidade tomará apenas as formas puras (*a priori*), espaço e tempo, como fontes de todo o conhecimento.

4.1.1 O espaço

Para Kant, o espaço é considerado como um dos elementos fundamentais para garantir a produção de conhecimentos sintéticos *a priori*. Pela sensibilidade externa, o sujeito intui e representa, primitivamente, um conceito de espaço (intuição pura) o qual está em conformidade com a existência sensível dos objetos. (MORAIS, 2006)

O espaço constitui-se assim como a pura forma (*apriorística*) em que nos são dados todos os fenômenos dos sentidos externos; uma vez que para todas as pessoas, indistintamente, aquilo que lhes apareça, só pode aparecer na forma do espaço. (STÖRING, 2008)

4.1.2 O tempo

O tempo, de acordo com Kant, (KANT, 1980) é, pois, uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as intuições (...) o tempo é dado *a priori*, somente nele é possível toda a realidade dos fenômenos. O tempo precede os sujeitos e os objetos e, enquanto intuição *a priori*, está na base da relação entre ambos.

4.2 A lógica transcendental

A doutrina transcendental kantiana tem como segunda parte a lógica transcendental.

A atividade fundamental do entendimento, enquanto pertencente ao âmbito dos conceitos, é o juízo, ao passo que pensar significa julgar. O entendimento se caracteriza como um modo de conhecimento discursivo, uma vez que ocorre mediante os conceitos. (ABBAGNANO, 1978)

De acordo com Störing (STÖRING, 2008) sensibilidade e entendimento operam em conjunto no conhecimento. Ora, entendimento nada pode intuir e os sentidos nada podem pensar; só pela sua reunião se obtém conhecimento.

A lógica transcendental estuda a origem dos conceitos e se ocupa especificamente com aqueles conceitos que não provêm dos objetos, mas que provêm *a priori* do intelecto e, no entanto, se referem *a priori* aos próprios objetos. (REALE; ANTISERI, 1990).

Kant estabelece uma divisão à Lógica Transcendental, divide-a em analítica e dialética transcendental. A dialética transcendental faz a crítica entre entendimento e razão (entende-se razão como capacidade de ideias e, entendimento como capacidade de conceitos), tendo por finalidade descobrir a falsa aparência que cobre suas vãs pretensões (MORAIS, 2006). Neste trabalho, no entanto, será trabalhada apenas a questão referente à analítica transcendental.

4.2.1 A analítica transcendental

Em seu sentido transcendental, a analítica busca decompor o conhecimento intelectual nos seus elementos essenciais, além de procurar na própria faculdade intelectual, os conceitos *a priori* e estudar o seu uso de modo sistemático.

Sem a intuição, todo o conhecimento carece de objeto, permanecendo assim inteiramente vazio.

4.2.1.1 As categorias do intelecto

O intelecto constitui-se de forma discursiva; dessa maneira, seus conceitos não são intuições, mas funções. “A função própria dos conceitos consiste em unificar e ordenar um múltiplo sob a uma representação comum”. (REALE; ANTISERI, 1990)

Para os vários modos com que o intelecto unifica, Kant denomina de conceitos puros do intelecto ou categorias.

As categorias do entendimento possibilitam assim uma enumeração completa *a priori*, que consiste no fato de que: se pensar é julgar, então deve haver tantas formas do pensamento puro, ou seja, tantos conceitos puros ou categorias quantas são as formas do juízo. A aplicação de tais categorias permitia dar significado às percepções.

Kant procura apresentar os conceitos puros do entendimento em sua “Tábua das Categorias”. (KANT, 1985)

Tábuas das Categorias

1.

QUANTIDADE*UNIDADE**PLURALIDADE**TOTALIDADE*

2.

QUALIDADE*REALIDADE**NEGAÇÃO**LIMITAÇÃO*

3.

RELAÇÃO*SUBSTÂNCIA - ACIDENTE**CAUSA E EFEITO**COMUNIDADE**(RECIPROCIDADE)*

4.

MODALIDADE*POSSIBILIDADE – IMPOSSIBILIDADE**EXISTENCIA – NÃO ESXISTENCIA**NECESIDADE – CONTINGÊNCIA*

Os conceitos puros se obtêm quando se conectam entre si as formas da sensibilidade e as do entendimento, ou seja, espaço e tempo, bem como as categorias do entendimento. Após estabelecer o número de categorias, cabe a Kant justificar o seu valor, ou seja, demonstrar como é que conceitos puros a *priori* devem se referir de maneira necessária – universal – aos objetos. Isto Kant faz por meio da Dedução Transcendental.

4.3 A dedução transcendental

Chama-se Dedução Transcendental à demonstração pela qual se estabelece que os objetos conhecidos na experiência são necessariamente conforme certas formas *a priori*. (PASCAL, 1985)

Kant procura demonstrar como os conceitos puros a priori devem referir-se de maneira necessária aos objetos. A solução encontrada por Kant assemelha-se à solução que já fora dada para a justificação da validade objetiva do espaço e tempo (formas *a priori* da sensibilidade).

Do mesmo modo que o sujeito ao captar sensivelmente as coisas, especializa-las e temporalizá-las, ao pensa-las, as ordena, determinando-as em conceitos, segundo os modos próprios do pensamento, ou seja, as categorias são as condições pelas quais se tem a possibilidade de pensar algo como objeto de experiência.

Kant afirma que são as condições subjetivas do pensamento que manejam a forma de representação dos objetos a partir da intuição e dos conceitos. (MORAIS, 2006)

O filósofo prussiano passa a trabalhar com a ideia de uma unidade sintética do sujeito como vínculo necessário para a unidade do objeto e experiência. A unidade sintética tem como fundamento o Eu Penso (a unidade da consciência), o qual acompanha todas as representações do sujeito.

4.3.1 O sujeito transcendental

É pela autoconsciência originária que o Sujeito Transcendental reúne transcendentalmente as condições formais da sensibilidade e do entendimento. “A unidade sintética da consciência é, pois, uma condição de autoafirmação do próprio sujeito sobre si mesmo e sobre o objeto”. (MORAIS, 2006)

É no Sujeito Transcendental que ocorre a unidade das percepções além de ser no Sujeito Transcendental que se encontra a forma sob qual se pode conhecer, bem como anunciar algo sobre os objetos.

Em suma, o Sujeito Transcendental é, “a primeira e a última condição de possibilidade de conhecimento objetivo, que Kant entende como conhecimento científico universal e necessário. Dessa forma, o princípio universalizador e necessitante deve-se encontrar fora de qualquer experiência”. (MORAIS, 2006)

Além de tratar do Sujeito, Kant aborda em sua teoria do conhecimento, o objeto do conhecimento, ao passo que conceber um objeto é reduzir a unidade e a identidade à multiplicidade e à diversidade das aparências, além de que “o sujeito só é sujeito para um objeto, e o objeto só tem sentido de ser objeto à medida que é representado por um sujeito que, intencionalmente, é capaz de pensá-lo”. (MORAIS, 2006. p. 29)

Cabe salientar que não há objeto e sujeito senão pelo juízo. Cabe ao juízo a função lógica da unidade objetiva da apercepção dos conceitos neles contidos.

5 DISTINÇÃO ENTRE FENÔMENO E NÚMENO

Os objetos, da forma que se revelam à experiência, são fenômenos, ou seja, o fenômeno nada mais é do que âmbito estrito, estando todo circundado por um âmbito bem mais vasto o qual nos escapa. Só se pode conhecer por fenômenos, e estes garantem a representação dos objetos mediante a experiência possível. (MORAIS, 2006)

Tratando-se de conhecimento, não há dúvidas de que o entendimento não tem o poder de ultrapassar o mundo da sensibilidade; entretanto, o que não pode ser conhecido pode, no entanto, ser pensado. “Os *númenos*, são justamente, esses objetos que pensamos para além dos fenômenos”. (PASCAL, 1985. p. 84)

O conceito de *númeno*, segundo o próprio filósofo, se caracteriza como um conceito sobre o qual pode-se pensar mas não conhecê-lo efetivamente, ao passo que o conceito de *númeno* é ‘somente’ um conceito limite, o qual serve para circunscrever as pretensões da sensibilidade de estender seu domínio sobre tudo o que o pensamento pensa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões filosóficas elaboradas por Kant inauguram uma nova forma de pensar. Suas obras fizeram com que sistemas filosóficos vigentes na época fossem repensados.

Kant quis saber o que dizia, e sob que condições tinha o direito de saber, com seu árduo esforço, buscou quebrar a dicotomia vigente na época, instaurada pelo racionalismo e pelo empirismo. Kant promoveu assim, uma revolução na forma com que se produz o conhecimento, demonstrando que o conhecimento se dá na relação entre o conhecimento sensível (Estética Transcendental) e o conhecimento intelectual (Lógica Transcendental).

Kant parte da crítica à razão, mas não no sentido destrutivo ou cético; ao contrário, tinha como objetivo defender a razão contra o ceticismo e o dogmatismo. Para tal objetivo passa a interrogar as próprias possibilidades da razão.

Kant percebeu que a metafísica vigente em sua época não era suficiente para estabelecer verdades tão seguras e confiáveis quanto às verdades estabelecidas pela ciência. A partir dessa constatação, Kant não mediu esforços para fazer da metafísica uma ciência capaz de produzir conhecimentos autênticos.

Para tal tentativa, Kant passou a questionar o racionalismo e o empirismo, ora, o racionalismo concebia a razão como sendo detentora de todas as verdades, não dando conta se a mesma era capaz de pensa-las, ou seja, o racionalismo recorreria na maior parte das vezes a verdades metafísicas, produzindo muitos conhecimentos cegos a respeito do mundo.

Por outro lado, tem-se o empirismo, que prega o total ceticismo em relação à metafísica, estabelecendo a experiência como única fonte de conhecimento, gerando assim, conceitos vazios a respeito do mundo. Ao buscar os fundamentos e os limites da razão, não se tem um prejuízo para com a mesma, mas sim, a sua justificação. Kant assume uma postura de não mais confiar cegamente na razão, e de não assumir uma posição cética em relação a ela, como defendia o empirismo.

Kant estabelece que o conhecimento se dá a partir de unidade sintética entre a Sensibilidade e o Entendimento, tendo como primazia, o sujeito (o qual Kant denominava de Sujeito Transcendental) aquele que é capaz de conhecer, sujeito este que tem possibilidade de emitir juízos.

A sensibilidade gera as representações conformadas pelas categorias do entendimento, ligadas à consciência do sujeito, produzindo assim um conhecimento universal. Desta forma Kant quebra a dicotomia entre racionalismo e sensibilidade, revolucionando a forma de produzir o conhecimento.

Kant acaba por levar a razão ao tribunal, tendo-a como réu, a fim de questionar-se a respeito da sua possibilidade de conhecer, porém, Kant acaba por constatar que somente a razão tem a capacidade de autojulgar-se. Somente por meio de uma autoconsciência (Eu penso), que sujeito é capaz de assumir a sua posição primaz na produção de conhecimento.

Kant, com sua revolução na forma de conhecer, divide o mundo em fenômeno e *númeno*, estabelecendo que o conhecimento esteja limitado dentro do mundo sensível, ou seja, só se podem conhecer os fenômenos, aquilo que está dentro do espaço e do tempo, categorias estas que possibilitam toda e qualquer experiência. O *númeno*, ou coisa em si, por estar fora do espaço e do tempo não se constitui de um dado de conhecimento, não podendo ser conhecido, mas somente pensado. Com essa divisão, Kant procura fixar um dos limites da razão, uma vez que admite que o conhecimento tem seu início a partir da experiência (no entanto, não se encerra nela).

Immanuel Kant leva o sujeito a assumir a postura do Esclarecimento, postura que leva o sujeito a tomar posse (consciência) do seu entendimento e a orientar-se por si, fazendo sair da condição de *menoridade*, caminhando para a sua maioridade, assumindo assim uma postura autônoma no modo de pensar.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia: O iluminismo Italiano. O iluminismo Alemão. Kant. A polemica sobre o Kantismo. A filosofia do Romantismo. Vol. III.** Trad. Antônio Ramos Rosa; Antônio Borges Coelho. 2.ed. Lisboa: Presença, 1978.

BONACCINI, Juan Adolfo. **Kant e o problema da coisa em si no idealismo Alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da Filosofia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal, RN:UFPR, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. 2003.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COBRA, Rubem Queiroz. **Immanuel Kant**: vida, filosofia e obras de Immanuel Kant. Disponível em: <http://www.geocities.com/cobra_pages/fimod.html> Acesso em: 30 mar. 2016.

CRAMPE-CASNET, M. Kant: uma Revolução Filosófica. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 17. In: MORAIS, Carlos Willians Jaques. **Kant e Habermas**: A Relação Sujeito-Objeto e a Construção do Conhecimento. [Dissertação de Mestrado]. Marília: UNESP, 2006.

Crítica da Razão Pura. Vol. II. In. HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DALBOSCO, C. A. O idealismo transcendental de Kant. Passo Fundo: ed. UPF, 1997. p. 74. In: MORAIS, Carlos Willians Jaques. **Kant e Habermas**: a relação sujeito-Objeto e a Construção do Conhecimento. [Dissertação de Mestrado]. Marília: UNESP, 2006.

GIROTTI, M. T. **Kant e o Criticismo da década de 1760**. Marília, 2008, v. 1. Disponível em: <http://www.marília.unesp.br/filogenese.html> acesso em: 8 de abril de 2016.

HANNA, R. **Kant e os fundamentos da filosofia analítica**. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

HÖFFE, O. **Immanuel Kant**. Valério Rohden: Martins Fontes, 2005.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: UNESP, 2004.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991. v.1.

_____. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Nova Cultura, 1991. v.1. p. 326. In: MORAIS, Carlos Willians Jaques. **Kant e Habermas**: a relação Sujeito-Objeto e a construção do Conhecimento. [Dissertação de mestrado]. Marília: UNESP, 2006.

_____. Prolegômenos. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? [“Aufklärung”]. In: **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. **Sobre a Pedagogia**. [Uebe Pedagogie]. 3.ed. Piracicaba: Da UNIMEP, 2002.

LEITE, F. T. **10 Lições sobre Kant**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAIS, C. W. J. **Kant e Habermas**: a relação Sujeito-Objeto e a Construção do Conhecimento. [Dissertação de Mestrado]. Marília: UNESP, 2006.

PASCAL, G. **O Pensamento de Kant**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

PECORARO, R. **Os filósofos clássicos da filosofia**: de Kant a Popper. Petrópolis: Vozes, 2008. v.2.

REALE, G; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant. São Paulo: Paulus, 2005. v.4.

STÖRIG, H. J. **História geral da filosofia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.